Relatório de Administração em 31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2024

<u>Inframerica Concessionário do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica").</u>

O Aeroporto de Brasília encerrou 2024 com mais de 15 milhões de passageiros. Os números mostram um crescimento de 2% comparado ao ano de 2023, porém, o terminal aéreo ainda segue sendo impactado pela pandemia de covid, ficando 8% abaixo dos dados de 2019. Os índices de 2024 foram impactados também pelas restrições do Aeroporto Santos Dumont que fizeram com que o aeroporto perdesse alguns voos.

Mesmo assim o Aeroporto de Brasília fechou o ano como o 3º aeroporto mais movimentado do Brasil. Pelo 10º ano consecutivo, terminal brasiliense está entre os mais movimentados do país, perdendo apenas para os dois aeroportos de São Paulo.

Mesmo com os desafios, a movimentação internacional do aeroporto foi destaque no período. Cinco novos voos para o exterior foram divulgados, ampliando o portifólio de destinos internacionais do terminal aéreo brasiliense.

A companhia chilena Sky Airline, a primeira empresa de baixo custo (*low cost*) internacional a operar no Distrito Federal e a LATAM lançaram o trajeto para Santiago no Chile.

Outra novidade foram os lançamentos de voos internacionais da GOL. Com um hub doméstico consolidado no terminal brasiliense, com 31 destinos domésticos ligados diretamente com a capital do país, a empresa também instalou um hub internacional no aeroporto. A companhia retomou o voo direto da capital federal para Cancún com 2 frequências semanais. Atualmente não existem voos diretos do Brasil para este que é um dos maiores e mais famosos destinos turísticos do Caribe. A GOL também divulgou em 2024 o lançamento do destino Buenos Aires. A GOL Linhas Aéreas retomou o voo no dia 7 de janeiro de 2025 com cinco voos semanais diretos para o destino.

Lançado para compra em 2024, a GOL iniciou as operações da rota direta para a cidade de Bogotá, em fevereiro de 2025, na Colômbia. O voo entre as duas capitais terá frequência de três operações semanais.

Além dos novos destinos, a GOL também terá a maior oferta de voos extras para as cidades de Miami e Orlando, ambas nos Estados Unidos, já registrado em Brasília.

Com o aumento da demanda internacional em 2024 reprimida por conta da pandemia, as companhias que já operam voos regulares no terminal também aumentaram a frequência dos seus voos. A TAP, que possui voos diretos de Brasília para Lisboa, incluiu voos diários durante a alta temporada. A Copa Airlines que já possui voos diários em Brasília incluiu mais três voos semanais para atender a demanda.

Conforme um levantamento de performance da pontualidade realizado pela Cirium, empresa de dados e análises da aviação, o Aeroporto de Brasília conquistou a segunda colocação mundial no ranking de pontualidade das operações aéreas na categoria de médio porte em 2024, com 88,19% dos voos no horário. A pontualidade das operações do terminal brasiliense garantiu também o pódio entre os aeroportos brasileiros. O Aeroporto de Brasília é o mais pontual do Brasil entre todas as categorias.

Em um ranking internacional, o Aeroporto Internacional de Brasília foi eleito como o melhor terminal aéreo da América Central e do Sul e o 5ª do mundo com uma pontuação de 8,32.

Comercial

Em 2024, o Aeroporto de Brasília inaugurou 35 novos pontos comerciais. Entre eles está o Centro de Atendimento ao Solicitante de Visto para os Estados Unidos (CASV). Localizado no mezanino do terminal aéreo, o CASV é responsável por agilizar o processo de solicitação de visto americano, como retirada de passaportes e coleta de dados biométricos.

Outro destaque foi a inauguração da Dufry internacional. O novo empreendimento da marca foi transferido para o corredor de acesso às salas de embarque em formato *walk through*, trazendo um conceito mais moderno e acessível da loja.

Environmental, Social and Corporate Governance - ESG

Cada vez mais atentos e preocupados em tornar as operações do Aeroporto de Brasília mais sustentáveis, em 2024 a concessionária seguiu trabalhando para reduzir os impactos das operações no meio ambiente. A concessionária foi certificada pelo Conselho Internacional de Aeroportos para América Latina e Caribe (ACI-LAC) no seu programa *Airport Carbon Accreditation* (ACA). O aeroporto recebeu o nível 2 – redução, que avalia e reconhece o esforço da Inframerica para gerenciar e reduzir as emissões de carbono no terminal brasiliense.

Como parte dessa iniciativa, a administradora realizou a substituição de 110 luminárias do sistema de balizamento de uma das suas pistas de pousos e decolagens. As luminárias convencionais foram trocadas por LED, que possuem alta eficiência energética, reduzindo 85% no consumo de energia deste setor.

Uma outra iniciativa foi a adesão institucional ao programa Cordão de Girassol Oficial (HD *Sunflower*) para condições e deficiências não visíveis, sendo um dos primeiros aeroportos da América Latina a aderir à inclusão de pessoas com deficiências ocultas. A parceria com a instituição tem como principal objetivo tornar o aeroporto mais acolhedor e consciente para todos os turistas e visitantes na capital do Brasil, especialmente aqueles com condições ou deficiências ocultas.

As enchentes no Rio Grande do Sul fizeram com que os brasilienses se envolvessem em uma corrente de solidariedade. A comunidade aeroportuária e milhares de cidadãos doaram toneladas de itens e mantimentos no Aeroporto de Brasília e na Base Aérea de Brasília para os desalojados e desabrigados da região. A concessionária em parceria com um parceiro logístico, disponibilizou seus galpões para armazenamento dos mantimentos doados. Os espaços foram utilizados pelos militares da Força Aérea que concentram todos os esforços de organização e distribuição das doações.

Destaques Financeiros

A pandemia ainda impactou os índices econômico-financeiros no ano de 2024. Apesar dos impactos do COVID, o ano terminou com um crescimento nas receitas brutas de 16% comparado ao ano anterior.

Dando continuidade ao processo de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e com a redução dos impactos gerados pela pandemia no ano de 2024, a ANAC concedeu um REF (Reequilíbrio Econômico-Financeiro) de R\$ 110,9 milhões, registrado no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Adicionalmente ao REF de 2024, a ANAC reconheceu que o valor concedido em 2023, estava superior ao que efetivamente a Concessionária deveria ter feito jus. Com isto, a Agência reconheceu a obrigação da Companhia ao valor de R\$ 770 mil, que foi reconhecido contabilmente no mesmo período e recolhido em 18 de dezembro de 2024.

Revisão da Metodologia de Reequilíbrio-Financeiro Covid-19

Em 2024, houve uma mudança na metodologia de reequilíbrio econômico-financeiro sobre os impactos gerados pela pandemia.

A metodologia anterior baseava-se na diferença entre o fluxo de caixa operacional estimado (cenário pré-covid) e o realizado (cenário pós-covid). No entanto, essa abordagem apresentava desafios, pois com o passar dos anos se tornava cada vez mais difícil estimar o fluxo de caixa operacional esperado em cenário em que a pandemia não tivesse ocorrido, e a metodologia em questão não promovia um sistema de incentivos adequado.

A nova metodologia foca na diferença do número de passageiros processados no aeroporto entre os cenários pré e pós-covid. O reequilíbrio é calculado com base no EBITDA do cenário factual (realizado), com ajustes pontuais promovidos pela ANAC. Este EBITDA é dividido pelo número de passageiros do cenário factual. Por fim, esse indicador "EBITDA/Pax" é então multiplicado pela diferença de passageiros auferida, chegando ao valor do reequilíbrio. Essa mudança trouxe simplificação e maior previsibilidade ao cálculo do reequilíbrio, com um Termo Aditivo garantindo sua manutenção pelos próximos anos, até que a demanda realizada alcance a demanda projetada pela ANAC para o cenário pré-covid do ano de 2023.

www.pwc.com.br

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes e patrimônio líquido negativo no encerramento do exercício nos montantes de R\$ 723.586 mil e de R\$ 2.226.828 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar nestas demonstrações financeiras, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a



formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de fevereiro de 2025

Pricew sterhouse Coopers Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-5

Pocusingee by MADCOS MAGNISSON DE CARVALHO25101000867 CPF: 50100067 MAGNISSON DE CARVALHO25101000867 CPF: 50100067 MAGNISSON DE CARVALHO25101000867 CPF: 501000 MAGNISSON DE CARVALHO25101000867 CPF: 50100 MAGNISSON DE CARVALHO25100067 MAGNISSON DE CARVALHO2510007 MAGNISSON DE CARVALHO2510

Marcos Magnusson de Carvalho Contador CRC 1SP215373/O-9

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	220.888	293.440	Salários e encargos sociais	13	18.839	18.403
Depósitos vinculados	5.1	43.233	39.641	Fornecedores	14	31.360	28.490
Contas a receber de clientes	6	74.164	60.586	Empréstimos e financiamentos	15	77.666	71.270
Partes relacionadas	7	32	31	Passivos de arrendamento	10	907	907
Tributos a recuperar	8	44.008	13.394	Tributos a recolher	8	35.719	16.145
Outros ativos	9	11.282	11.028	Compromissos com o poder concedente	16	888.770	832.089
	_	393.607	418.120	Partes relacionadas	7	-	145
				Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	5.886	10.562
				Adiantamento de clientes	17	10.802	10.390
				Outros passivos	19	47.244	56.097
						1.117.193	1.044.498
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	15	898.499	964.426
Tributos a recuperar	8	37.153	35.641	Passivos de arrendamento	10	6.189	6.496
Depósitos judiciais	18	2.126	1.812	Tributos a recolher	8	3.063	963
Tributos diferidos	20	-	219.674	Adiantamento de clientes	17	47.573	57.793
	_	39.279	257.127	Compromissos com o poder concedente	16	3.367.241	3.325.664
				Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	26.597	23.851
				Outros passivos	19	7.679	8.264
Investimentos		80	80	·	·	4.356.841	4.387.457
Ativos de direito de uso	10	7.107	7.411				
Imobilizado	11	960	985	Total do passivo		5.474.034	5.431.955
Intangível	12	2.806.173	2.960.574	·			
3	_	2.853.599	3.226.177	Patrimônio líquido			
				Capital social	20	1.918.878	1.918.878
				Prejuízos acumulados		(4.145.706)	(3.706.536)
				•		(2.226.828)	(1.787.658)
Total do ativo	_	3.247.206	3.644.297	Total do passivo e do patrimônio líquido	_	3.247.206	3.644.297

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2 de 43

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	21	587.777	499.861
(-) Custos dos serviços prestados	22	(367.699)	(344.171)
Lucro operacional bruto		220.078	155.690
Despesas de comercialização	24	(5.624)	(12.924)
Despesas administrativas	23	(45.777)	(38.289)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	25	112.354	83.491
		60.953	32.278
Lucro operacional antes do resultado financeiro		281.031	187.968
Receitas financeiras	26	57.380	61.501
Despesas financeiras	26	(592.007)	(577.869)
		(534.627)	(516.368)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(253.596)	(328.400)
Imposto de renda e contribuição social	27	(185.574)	15.755
Prejuízo do exercício		(439.170)	(312.645)
Prejuízo por lote de mil ações - Em reais		(0,23)	(0,12)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(439.170)	(312.645)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(439.170)	(312.645)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
31 de dezembro de 2022	1.825.000	(3.393.891)	(1.568.891)
Integralização de capital (Nota 20)	93.878	-	93.878
Prejuízo do exercício		(312.645)	(312.645)
31 de dezembro de 2023	1.918.878	(3.706.536)	(1.787.658)
Prejuízo do exercício	-	(439.170)	(439.170)
31 de dezembro de 2024	1.918.878	(4.145.706)	(2.226.828)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(253.596)	(328.400)
Ajustes:	(233.390)	(328.400)
Depreciação e amortização	165.181	157.647
Provisões	369	24.561
Contribuição variável - Outorga	12.790	11.049
Direito com poder concedente - Reequilíbrio	(104.158)	(108.898)
Baixa de intangível / imobilizado	154	2.602
Correção monetária – Direito de concessão	338.178	314.842
Ajuste a valor presente – Direito de concessão	128.429	131.381
Juros e encargos	96.309	103.482
Outras atualizações monetárias	21.313	22.282
	404.969	330.548
Variações ativas e passivas:		
Contas a receber de clientes	(14.400)	6.067
Partes relacionadas	(20.860)	(24.477)
Tributos a recuperar	39.404	(2.249)
Outros ativos	(254)	721
Depósitos judiciais	(314)	1.229
Salários e encargos sociais	263	(9.217)
Fornecedores	1.566	(1.534)
Tributos a recolher	(12.426)	1.082
Outros passivos	(17.239)	(12.247)
Adiantamentos de clientes	(9.808)	527
Instrumentos financeiros derivativos	=	(387)
Compromisso com o poder concedente	(269.179)	(248.179)
	(303.247)	(288.664)
Caixa gerado pela operação	101.722	41.884
Juros pagos sobre empréstimos	(88.104)	(93.077)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	13.618	(51.193)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira/depósitos vinculados	(3.592)	(267)
Aquisição de bens intangíveis	(13.818)	(7.946)
Aquisição de bens imobilizados	(117)	(75)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.527)	(8.288)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	93.878
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(67.736)	(65.882)
Pagamento de arrendamento	(907)	(907)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(68.643)	27.089
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(72.552)	(32.392)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	293.440	325.832
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	220.888	293.440

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2024	2023
Valor adicionado a distribuir		
Receita	760.964	660.170
Receitas tarifárias	253.543	234.668
Receitas não tarifárias	385.944	317.811
Receita de construção	8.288	750
Outras Receitas	111.441	107.507
Provisão p/devedores duvidosos – (Reversão/ Constituição)	1.748	(566)
Insumos adquiridos de terceiros	(121.917)	(136.866)
Custos operacionais	(109.672)	(107.178)
Custos de construção	(8.288)	(750)
Outras Despesas	(3.957)	(28.938)
Valor adicionado bruto	639.047	523.304
Depreciação e amortização	(165.181)	(157.647)
Valor adicionado líquido produzido	473.866	365.657
Valor adicionado recebido em transferência	57.380	61.501
Receitas financeiras	57.380	61.501
Valor adicionado total a distribuir	531.246	427.158
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	95.397	90.050
Remuneração direta	61.314	60.313
Benefícios	29.918	25.601
FGTS	4.165	4.136
Impostos, taxas e contribuições	283.012	71.884
Federais	262.209	53.830
Municipais	8.013	6.965
Poder concedente – contribuição variável	12.790	11.089
Remuneração de capitais de terceiros	592.007	577.869
Juros, variações cambiais e outros	592.007	577.869
Remuneração de capitais próprios	(439.170)	(312.645)
Prejuízo operacional do exercício	(439.170)	(312.645)
Valor adicionado distribuído	531.246	427.158

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica", "Companhia" ou "Concessionária") foi constituída em 18 de maio de 2012, tendo como objeto exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Brasília, conforme o contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, assinado em 14 de junho de 2012.

Com base no Decreto nº 7.531/2011, por meio da ANAC, o Governo Federal decidiu conceder à iniciativa privada a gestão dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília. A Inframerica apresentou a melhor proposta para a concessão do Aeroporto de Brasília de acordo com o Edital de Leilão 2/2011. A concessão é pelo prazo de 25 anos com início em 24 de julho de 2012. Este prazo pode ser estendido por mais 5 anos, se necessário, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O contrato é dividido em quatro fases:

Fase 1-A: Transferência do aeroporto.

Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço.

Fase 1-C: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura para recomposição total no nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA.

Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA.

A Fase 1-A está dividida em três estágios, sendo o último o início das operações pela Inframerica acompanhada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, já com todos os custos operacionais e receitas atribuídas à Inframerica. Este estágio teve início em 1º de dezembro de 2012, sendo concluído durante o exercício de 2013. A Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço, teve início em 2013 e a sua finalização ocorreu em maio de 2014. A Fase 1-C: Contempla as atividades de ampliação do Aeroporto e adequação da infraestrutura para recomposição total do nível de serviço estabelecido no PEA e a sua conclusão se deu em maio de 2016.

Atualmente, a Concessão está na Fase 2, em que a Companhia deve cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A cada evento de Gatilho de Investimento, a Companhia deverá apresentar à ANAC, em até 90 dias, o Projeto Básico dos Investimentos com vistas à manutenção do nível de serviço, previstos no Plano de Gestão de Investimentos - PGI vigente.

Ao final da concessão os bens vinculados à exploração do Aeroporto serão revertidos à União sem o direito a qualquer indenização para a Companhia.

Como deveres da Inframerica estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto de Brasília.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláusulas restritivas

Em dezembro de 2021, a ANAC indeferiu o pedido de reprogramação do pagamento de 50% do valor da outorga de 2021, protocolado pela Companhia em 6 de dezembro de 2021. Ato contínuo, em 20 de janeiro de 2022, a Companhia interpôs mandado de segurança, e em 2 de fevereiro de 2022 foi proferida decisão liminar favorável à Companhia, de modo que a decisão proferida pela ANAC e a exigibilidade do pagamento pela Concessionária da Contribuição Fixa referente ao ano de 2021 estão atualmente suspensos enquanto a decisão liminar estiver vigente. A controladora indireta, Corporación América Airports S.A., em 25 de janeiro de 2025, emitiu carta garantindo que irá aportar recursos por meio de aumento de capital, mútuo ou qualquer outra forma para os próximos doze meses subsequentes com objetivo de suportar o capital circulante e a continuidade de suas operações pelo referido período, em caso de decisão de mérito negativa e definitiva, transitada em julgado, que denegue o mandado de segurança impetrado. O valor original do pedido de reprogramação do pagamento de 50% do valor da outorga de 2021 é de R\$ 159.081, sendo atualizado para R\$ 227.114, em 31 de dezembro de 2024.

Quanto à adimplência, o BNDES através da Carta AST/DEMOB nº 15/2022, informou que, em relação à obrigação de liquidação da outorga fixa em dezembro de 2021, enquanto viger a suspensão da parcela de 2021, o seu não pagamento não será caracterizado como descumprimento contratual. Portanto, as obrigações perante o BNDES estão em dia, e as parcelas seguindo conforme os vencimentos mencionados no contrato.

Pagamento da Outorga Fixa de 2024

Em 18 de dezembro de 2024, foi emitido o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 09/2024, que permitiu a postergação parcial do recolhimento da parcela anual da Contribuição Fixa de 2024, em montante equivalente ao REF Covid-19 de 2024, no valor de R\$ 110.888. A medida teve o objetivo de alinhar os entendimentos sobre as revisões extraordinárias decorrentes dos impactos da pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 a 2024.

Na mesma data, a Concessionária efetuou o pagamento restante, no montante de R\$ 259.016, dos quais R\$ 257.344 foram pagos em caixa, e R\$ 1.672 por meio de compensação de reequilíbrios econômico-financeiros relacionados ao Teca Teca e ao Scanner. Também foi realizado o pagamento de R\$ 786, referente à revisão do Reequilíbrio Econômico-Financeiro (REF) Covid-19 de 2023.

Posteriormente, em 20 de janeiro de 2025, foi emitido o Termo Aditivo nº 10/2025, com o objetivo de formalizar o consenso entre as partes sobre as revisões extraordinárias decorrentes da pandemia, bem como de anular, com efeitos retroativos, o Termo Aditivo nº 09/2024.

Dessa forma, o pagamento da Contribuição Fixa referente ao ano de 2024 foi integralmente realizado, no vencimento original do contrato em 18 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 369.904, sendo R\$ 257.344 pagos em caixa e R\$ 112.560 mediante compensação de reequilíbrios econômico-financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisão da Metodologia de Reequilíbrio-Financeiro Covid-19

Em 2024, houve uma mudança significativa na metodologia de reequilíbrio econômico-financeiro sobre os impactos gerados pela pandemia.

A metodologia anterior baseava-se na diferença entre o fluxo de caixa operacional estimado (cenário précovid) e o realizado (cenário pós-covid), calculado com base no EBITDA.

A nova metodologia foca na diferença do número de passageiros processados no aeroporto entre os cenários pré e pós-covid. O reequilíbrio é calculado com base no EBITDA do cenário factual (realizado), com ajustes pontuais promovidos pela ANAC. Por fim, esse indicador "EBITDA/Pax" é então multiplicado pela diferença de passageiros auferida, chegando ao valor do reequilíbrio. Essa mudança trouxe simplificação e maior previsibilidade ao cálculo do reequilíbrio, com um Termo Aditivo garantindo sua manutenção pelos próximos anos, até que a demanda realizada alcance a demanda projetada pela ANAC para o cenário pré-covid do ano de 2023.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 723.586 e o patrimônio líquido negativo de R\$ 2.226.828, devido, principalmente, aos compromissos com o Poder Concedente e seus correspondentes encargos financeiros. Para fazer frente a esta obrigação, em adição ao mandado de segurança mencionado anteriormente, estão presentes no plano de negócios da Companhia aportes de capital a serem propostos aos seus acionistas até que a operação entre em capacidade plena e alcance a maturidade, além da manutenção do pleito de Reequilíbrio Econômico-financeiro — REF perante o poder público para os exercícios futuros.

A Companhia, apesar do capital circulante e do patrimônio líquido negativos, possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão o qual permite os pleitos de reequilíbrio perante o poder público, além do aporte dos acionistas visando a continuidade da operação, conforme previsto no plano de negócio da Companhia.

Emissão das demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou sobre essas Demonstrações Financeiras.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 2.1 até 2.17.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida para gestão de tais ativos, somente quando o modelo de negócios é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

- <u>Custo amortizado</u>: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- <u>Valor justo por meio do resultado</u>: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado quando aplicável.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em geral, leva-se em consideração a matriz de risco, de acordo com o vencimento. A administração entende que a provisão para riscos sobre as contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros, são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos, e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos/perdas, líquidos".

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se aplicável.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social diferido são calculados com base nas leis tributárias na data do balanço, sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes (Nota 27).

A administração revisou as premissas e projeções de desempenho operacional no longo prazo, levando em consideração o histórico de resultados e novas expectativas razoáveis de lucro tributável, a Concessionária realizou a baixa do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal no valor de R\$ 198.724, em 30 de setembro de 2024. Se a Concessionária previr geração de lucros tributáveis capazes de absorver os prejuízos fiscais acumulados, o ativo fiscal diferido será reavaliado com base na probabilidade de sua recuperabilidade, podendo ser novamente reconhecido em Balanço.

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente, podem ser classificados e contabilizados de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.10 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo dos 25 anos da concessão do aeroporto, a qual se iniciou em 24 de julho de 2012, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

base para a amortização. (a) Direito de concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia com o poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

No momento do reconhecimento inicial, a Companhia separa este direito em duas partes. O valor da primeira parte é estimado com base no quanto vale este direito na hipótese de se manter inalterada a capacidade operacional do aeroporto. Por consequência, a segunda parte refere-se ao valor que a Companhia estima que valha esse direito após a ampliação da capacidade do aeroporto com a adição de todos os encargos financeiros diretamente atribuíveis, de acordo com o estabelecido no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

A Companhia começou a usufruir dos benefícios econômicos relacionados a primeira parte desde o início da operação, assim sua amortização também teve início neste momento. Por outro lado, a Companhia só começou a usufruir dos benefícios da segunda parte deste direito após a ampliação da capacidade do aeroporto, portanto sua amortização se iniciou após a conclusão das obras de ampliação.

(b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dos softwares. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão.

As contribuições fixa e variável, estão registradas sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(a) Outorga

A contribuição fixa foi estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 4.501.132, dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. Esta obrigação foi registrada a valor presente.

A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, registrado no ativo intangível. A contrapartida atribuível à primeira parte deste ativo que tem seus benefícios gerados desde o início da operação do aeroporto é

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

registrada no resultado do exercício como despesa financeira.

Por sua vez, a contrapartida atribuível à segunda parte deste ativo, é registrada como adição ao seu custo enquanto este ainda estiver em andamento. Após a entrada em operação, os encargos financeiros passam a ser registrados no resultado do exercício.

(b) Contribuição Variável

O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total das receitas brutas, tarifárias e não tarifárias da Companhia. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela ANAC, e após este limite o percentual aplicado é de 4,5%, reconhecidos por competência. O limite estabelecido em 2024, conforme contrato de concessão, foi de R\$ 1.059.985 (Ano 2023 – R\$ 967.888), valor já atualizado pela inflação acumulada. O pagamento desta contribuição ocorrerá sempre na data de apresentação das demonstrações financeiras, já auditadas, para a ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Não foi constituída provisão para manutenção e recuperação da estrutura, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.16 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e foram registradas com base na competência contábil. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receitas tarifárias

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois indicadores da ANAC: fator X e Q.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas. O início da sua aplicação ocorreu a partir do terceiro ano da concessão, contados a partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012.

O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA, e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. Para o ano de 2024 o fator Q resultou em uma bonificação de 1,6348% (Ano 2023: 1,7599%) no reajuste tarifário.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal.

(b) Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto, como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

(c) Receitas de Construção

A Companhia usa o método do Custo Incorrido para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção. Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Amortização do ativo intangível

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão. O cálculo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dá em função da curva de demanda. No exercício de janeiro a dezembro de 2024 a taxa média acumulada utilizada foi de 4,05% (janeiro a dezembro de 2023 foi de 3,87%), que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

(b) Taxa de desconto

O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 6,81% a.a. conforme contrato de concessão, estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Em 30 de setembro de 2024, a administração revisou as premissas e projeções de desempenho operacional no longo prazo, levando em consideração o histórico de resultados e novas expectativas razoáveis de lucro tributável, a Concessionária realizou a baixa do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal no valor de R\$ 198.724, considerando o limite das diferenças temporária tributáveis reconhecidas, conforme norma CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. A Companhia permanece com o direito ao crédito.

(d) Provisões

As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode propor, mediante a aprovação dos acionistas, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações ou a venda de ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou distribuição de dividendos.

4.4 Risco de mercado

4.4.1 Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

4.5 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas estimadas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais 5 anos	Total	Juros a transcorrer	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	77.666	321.902	330.780	677.038	1.407.386	(431.221)	976.165
Compromissos com o poder concedente	888.770	817.427	939.259	8.547.018	11.192.474	(6.936.463)	4.256.011
Fornecedores	31.360	-	=	-	31.360	=	31.360
Outros passivos	47.244	1.736	1.736	7.812	58.528	(3.605)	54.923
Total	1.045.040	1.141.065	1.271.775	9.231.868	12.689.748	(7.371.289)	5.318.459

4.7 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores com base no valor contábil, menos perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, são próximos de seus valores justos. Os valores justos dos passivos financeiros, para fins de divulgação, são estimados pelo desconto do fluxo de caixa contratual futuro com a taxa de juros de mercado vigente disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os empréstimos são apresentados a custo amortizado, que se aproxima do valor justo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	46	21
Contas Correntes	920	1.242
Aplicações financeiras (a)	216.236	289.291
Aplicações financeiras (b)	3.686	2.886
Total	220.888	293.440

⁽a) As aplicações financeiras são Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo, a uma taxa média ponderada de 102,79% do CDI, com liquidez imediata.

⁽b) Aplicações automáticas a uma taxa média de 7,96% do CDI, com liquidez imediata.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.1 Depósitos vinculados

	2024	2023
Aplicações financeiras - Garantia Empréstimo (a)	39.490	38.934
Contas Correntes	3.743	707
Total	43.233	39.641

⁽a) Aplicações financeiras vinculadas às contas garantias têm por finalidade garantir as parcelas da dívida de longo prazo, conforme o contrato de empréstimo do BNDES (Nota 15), são aplicadas em quotas de Fundo de Investimento, a uma taxa anual de 104,24% do CDI, com liquidez imediata.

6 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Circulante		
Atividades tarifárias		
Passageiros	17.318	13.470
Aeronaves	5.137	5.555
Cargas	2.322	1.392
	24.777	20.417
Atividades não tarifárias		
Cessão de Espaço	28.373	26.160
Outros	25.080	21.224
	53.453	47.384
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.066)	(7.215)
Total	74.164	60.586

Aging do contas a receber:

Nº de dias	Total
A vencer	68.911
De 1 a 30	2.112
De 30 a 60	865
De 60 a 90	652
De 90 a 120	292
De 120 a 180	793
Acima de 180	2.159
Acima de 365	2.446
31 de dezembro de 2024	78.230

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro	(7.215)	(13.345)
Provisão (a)	(5.207)	(6.518)
Reversão (a)	4.385	6.142
Baixa para perda	3.971	6.506
Saldo em 31 de dezembro	(4.066)	(7.215)

⁽a) Em junho de 2024 a Companhia implementou uma nova metodologia em sua política de contas a receber, modificando a forma de estimar as perdas com contas a receber.

Aging da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Nº de dias	Total
A vencer	531
De 1 a 30	171
De 30 a 60	20
De 60 a 90	19
De 90 a 120	13
De 120 a 180	65
Acima de 180	801
Acima de 365	2.446
31 de dezembro de 2024	4.066

7 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e as características próprias de cada transação.

	2024	2023
Ativo:		
Contas a receber - Cessão de espaço		
Infraero - Acionista direto (a)	32	31
Total	32	31
Passivo:		
Custos compartilhados incorridos na transação		
Infraero - Acionista direto (b)	<u> </u>	145
Total	<u>-</u>	145

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Transações realizadas:		
Infraero - Acionista direto		
Cessão de espaço (a)	367	354
Ressarcimentos de despesa	18	13
Sistemas (b)	(145)	(2.750)
Visita técnica (c)	-	3
Tarifa de embarque e pouso (d)	1_	=
	241	(2.380)
A.C.I Aiports		
Garantias (e)	(20.714)	(21.738)
	(20.714)	(21.738)
Total	(20.473)	(24.118)

- (a) Cobrança de espaços utilizados pela Infraero no sítio aeroportuário.
- (b) Despesas com uso de sistemas da Infraero.
- (c) Treinamento concedido para visita técnica da Infraero em áreas restritas.
- (d) Referente a tarifa de pouso e embarque G2 de períodos anteriores faturado pela Infraero no período de transição da Concessão.
- (e) Garantias do contrato de financiamento.

7.1 Remuneração dos diretores e das pessoas-chave da Administração

	2024	2023
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	12.624	13.537
Benefícios	834	877
Total	13.458	14.414

8 Tributos

Tributos a recuperar

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	9.444	10.081
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	185	155
Imposto de renda - crédito saldo negativo (a)	19.059	=
Contribuição social s/ lucro líquido - CSLL - crédito saldo negativo (a)	7.761	=
Programa de integração social - PIS (b)	505	481
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (b)	2.317	2.216
Outros	4.737	461
	44.008	13.394

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não Circulante		
Programa de integração social - PIS (b)	6.066	6.358
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS (b)	27.950	29.283
Imposto de renda - crédito saldo negativo (a)	2.321	-
Contribuição social s/ lucro líquido - CSLL - crédito saldo negativo (a)	816	-
	37.153	35.641
Total	81.161	49.035

- (a) Crédito com saldo negativo constituído sobre recolhimento por estimativa de IRPJ e CSLL.
- (b) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível segregado entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização e amortização do ativo.

Tributos a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	51	83
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	1.664	1.677
Programa de integração social - PIS	2.187	1.788
Contribuição para o finan. da seguridade social - COFINS	11.469	9.585
Parcelamento (a)	19.411	1.926
Outros	937	1.086
	35.719	16.145
Não Circulante		
Parcelamento (a)	3.063	963
	3.063	963
Total	38.782	17.108

⁽a) Parcelamento sobre o valor apurado por estimativa de IRPJ e CSLL, considerando a adesão ao programa de autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740/23, de 29 de novembro de 2023.

9 Outros ativos

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	527	1.706
Materiais de manutenção a consumir	3.648	3.230
Despesas antecipadas	5.175	3.672
Benefícios a funcionários	1.190	1.428
Outros	742	992
Total	11.282	11.028

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10	Arrendamento)

	2024	2023
Ativos de direito de uso		
Máquinas e equipamentos (a)	7.107	7.411
Total	7.107	7.411
Passivos de arrendamento		
Circulante	907	907
Não Circulante	6.189	6.496
Total	7.096	7.403
(a) Locação de equipamentos de usina fotovoltaica.		
Movimentação de direito de uso do ativo de arrendamentos:		
	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro	7.411	7.693
Amortização	(221)	(198)
Crédito tributário	(83)	(84)
Saldo em 31 de dezembro	7.107	7.411
Movimentação de arrendamentos a pagar:		
	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro	7.403	7.688

600

(907)

7.096

622

(907)

7.403

Cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos arrendamentos a pagar:

	31 de dezembro de
	2024
2025	907
2026	907
2027	907
2028	907
2029	907
Vencimentos após 2029	5.975
Ajuste a valor presente	(4.321)
Total	6.189

Apropriação de juros

Saldo em 31 de dezembro

Pagamentos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo								
Máquinas e equipamentos		217	7	(2)	222	19	_	241
Móveis e utensílios		1.424	34	-	1.458	41	_	1.499
Equipamentos de informática		2.353	34	(71)	2.316	57	(3)	2.370
Instalações		72	-	-	72	_	-	72
		4.066	75	(73)	4.068	117	(3)	4.182
(-) Depreciação Acumulada:								
Máquinas e equipamentos	20%	(180)	(6)	1	(185)	(6)	-	(191)
Móveis e utensílios	10%	(1.009)	(78)	-	(1.087)	(54)	-	(1.141)
Equipamentos de informática	10%	(1.751)	(106)	64	(1.793)	(76)	3	(1.866)
Instalações	20%	(11)	(7)	-	(18)	(6)	-	(24)
		(2.951)	(197)	65	(3.083)	(142)	3	(3.222)
Total		1.115	(122)	(8)	985	(25)	-	960

12 Intangível

	Saldos em	Movim	entações i	2023	Saldos em	Movim	entações	2024	Saldos em
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf	31/12/2024
Intangível em Operação:									
Infraestrutura	1.458.993	2.680	(2.641)	9	1.459.041	7.151	(223)	5.016	1.470.985
Outorga de Concessão	2.685.444	-	-	-	2.685.444	-	-	-	2.685.444
Projetos	4.746	102	-	199	5.047	140	-	140	5.327
Software	12.493	6	-	-	12.499	98	-	-	12.597
	4.161.676	2.788	(2.641)	208	4.162.031	7.389	(223)	5.156	4.174.353
(-) Amortização Acumulada:									
Infraestrutura	(363.664)	(56.221)	48	-	(419.837)	(59.100)	70	-	(478.867)
Outorga de Concessão	(676.107)	(103.582)	-	-	(779.689)	(108.369)	-	-	(888.058)
Projetos	(1.291)	(178)	-	-	(1.469)	(204)	-	-	(1.673)
Software	(6.507)	(375)	-	-	(6.882)	(392)	-	-	(7.274)
	(1.047.569)	(160.356)	48	-	(1.207.877)	(168.065)	70	-	(1.375.872)
Intangível em Andamento:									
Infraestrutura	1.471	5.158	(1)	(208)	6.420	6.429	(1)	(5.156)	7.692
	1.471	5.158	(1)	(208)	6.420	6.429	(1)	(5.156)	7.692
Total	3.115.578	(152.410)	(2.594)	-	2.960.574	(154.247)	(154)		2.806.173

Impairment

Em decorrência dos recorrentes prejuízos acumulados, do patrimônio líquido negativo e o cenário de incertezas apresentados pelo Covid-19, conforme apresentados na Nota 1, foram identificados indicadores de perda por *impairment* e, por esse motivo, foi realizado teste de *impairment* para 31 de dezembro de 2024, a fim de testar a recuperabilidade do valor contábil do Ativo Intangível. Foram considerados na análise os impactos no fluxo de caixa projetado, assim como os efeitos na taxa de desconto e cenários incluindo o Reequilíbrio Econômico-financeiro ("REF") de exercícios futuros. Cabe ressaltar que os principais efeitos no fluxo caixa projetado são derivados da queda abrupta na demanda de passageiros que tem reflexo em toda estrutura de receita e custo da Companhia. Na contramão desse efeito, o desempenho apresentado pelas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

receitas não-tarifárias da concessionária, notoriamente devido às salas VIP, tem impactado positivamente a geração de caixa da Companhia e balanceado o impacto da queda de receitas tarifárias.

Quanto aos impactos relevantes na taxa de desconto, ressalta-se o custo de capital de terceiros o aumento do custo da dívida do setor e, no custo de capital próprio, o aumento da taxa livre de risco dos Estados Unidos e a redução do prêmio de mercado, como principais fatores para a variação do WACC - Weighted Average Cost of Capital. Foi aplicado o teste de impairment, considerando a taxa de desconto de 10,71% e não foi identificada a necessidade de registro de perda por impairment, dado que o valor recuperável apurado é superior ao saldo contábil do ativo.

13 Salários e encargos sociais

	2024	2023
Salários a pagar	156	288
Impostos de Renda - IRRF	858	816
FGTS a recolher	441	828
INSS a recolher	2.575	2.490
Férias a pagar	4.755	4.212
Remuneração variável	10.049	9.744
Outros	5	25
Total	18.839	18.403

14 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	29.497	27.191
Fornecedores estrangeiros	1.863	1.299
Total	31.360	28.490

15 Empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Circulante		
BNDES	77.666	71.270
	77.666	71.270
Não circulante		
BNDES	898.499	964.426
	898.499	964.426
Total	976.165	1.035.696

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de empréstimos e financiamentos:

, .	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro	1.035.696	1.091.190
Pagamento de principal	(67.736)	(65.882)
Pagamento de juros e encargos	(88.104)	(93.077)
Apropriação de juros	96.309	103.482
Variação cambial	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro	976.165	1.035.696

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	Saldo
31 de dezembro de 2023		857.954		_	1.035.696
BNDES	fev/14	492.067	dez/33	TJLP + 3,14%	614.216
BNDES	abr/14	61.946	dez/33	TJLP + 3,14%	76.421
BNDES	mar/18	300.000	dez/33	TJLP + 3,14%	282.293
BNDES	ago/21	3.463	dez/33	TJLP	2.834
BNDES	jan/22	478	dez/33	TJLP	401
31 de dezembro de 2024		857.954			976.165

Período	Valor presente	Juros a transcorrer	Projeção
1 - 2 anos	70.852	89.006	159.858
2 - 3 anos	80.669	81.375	162.044
3 - 4 anos	91.536	72.730	164.266
4 - 5 anos	103.646	62.868	166.514
5 - 6 anos	117.043	51.749	168.792
Mais 6 anos	434.753	73.493	508.246
Total	898.499	431.221	1.329.720

Nos contratos de financiamentos foram apresentadas as seguintes garantias:

- Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- Penhor de Ações da Inframerica Participações;
- Penhor de Ações da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília;
- Fiança Corporativa dos Acionistas: American International Airports LLC AIA, A.C.I. Airports S.A.R.L ACI e Corporación América S.A. CASA.

16 Compromissos com o poder concedente

As obrigações reconhecidas no passivo circulante referem-se à contribuição variável e a contribuição fixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A parcela da contribuição fixa é corrigida monetariamente com base no IPCA compreendido no exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024_	2023
Contribuição fixa – Outorga	4.258.583	4.161.880
Compensação financeira (a)	(15.362)	(15.176)
Contribuição variável – Outorga	12.790	11.049
	4.256.011	4.157.753
Circulante (b)	888.770	832.089
Não circulante	3.367.241	3.325.664
	4.256.011	4.157.753

- (a) Compensação referente ao REF de ganho do pleito junto a ANAC por redução da tarifa estabelecida do Teca (terminal de cargas) após contrato de concessão e pelos serviços de mão de obra para os serviços de escâneres com a Receita Federal que não estavam previstos no contrato. Conforme Decisão da ANAC de n° 678 de 1° de agosto de 2024, foi reconhecido saldo a pagar referente a revisão do REF Covid-19 de 2023, a qual reduziu o valor do ganho em R\$ 770, o saldo foi recolhido em 18 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 786.
- (b) A exigibilidade do pagamento da Contribuição Fixa referente ao ano de 2021 (R\$ 227.114), está atualmente suspensa enquanto a decisão liminar estiver vigente (Nota 1), sendo mantida no ativo circulante. A Outorga Fixa de 2022 teve parte do seu pagamento quitado e baixado contabilmente por meio de utilização de créditos concedidos através de Reequilíbrios Econômico-Financeiros reconhecidos pela ANAC, no valor de R\$ 81.550, em 18 de dezembro de 2022. Para o saldo remanescente de 2022 (R\$ 254.343), que permanece em aberto no passivo circulante, foi apresentada uma oferta de Precatórios Federais ao Ministério da Infraestrutura ("MInfra") na data de 21 de novembro de 2022. O MInfra emitiu o Ofício de nº 141/2022/DEFOM/SFPP confirmando que a Concessionária está adimplente com suas obrigações, conforme permissão promovida pelas Emendas Constitucionais 113 e 114 de 2021, que autorizaram o pagamento de outorgas, por meio de apresentação dos referidos créditos.

Movimentação dos compromissos com o poder concedente:

	2024_	2023
Saldo em 31 de dezembro	4.157.753	4.067.828
Pagamento - Outorga fixa	(369.904)	(352.717)
Pagamento REF 2023 (a)	(786)	-
Pagamento - Contribuição variável 2023	(11.049)	(9.130)
Reversão de reequilíbrio (a)	770	-
Apropriação - Contribuição variável 2024	12.790	11.049
Apropriação - AVP	128.429	131.381
Apropriação - Correção monetária	338.177	314.658
Apropriação - Pleito de reequilíbrio (b)	(104.928)	(108.898)
Compensação - Reequilíbrios	112.560	113.668
Receita financeira - Reequilíbrios	(7.801)	(10.086)
Saldo em 31 de dezembro	4.256.011	4.157.753

- (a) Conforme Decisão da ANAC de n° 678 de 1° de agosto de 2024, foi reconhecido uma reversão a partir da revisão do REF Covid-19 de 2023, realizada sobre a apuração do fluxo de caixa realizado do último trimestre de 2023, a qual reduziu o valor a pagar para R\$ 770, o saldo foi recolhido em 18 de dezembro de 2024.
- (b) A ANAC aprovou, por meio da Decisão nº 698, o reequilíbrio econômico-financeiro em razão dos impactos da pandemia de Covid-19 no ano de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição dos Reequilíbrios Econômico-financeiros:

	REF - Covid-19	REF - Scanner	REF - Teca-Teca	Total
Reequilíbrio em 31/12/2022	-	4.688	5.172	9.860
Apropriação do REF	83.341	-	6.202	89.543
Revisão do REF 2022	19.355	-	-	19.355
Apropriação AVP	-	279	291	570
Correção monetária	4.919	275	4.322	9.516
Compensação - Outorga Fixa	(98.485)	(583)	(5.470)	(104.538)
Compensação - Outorga Variável	(9.130)	_	<u>-</u>	(9.130)
Reequilíbrio em 31/12/2023	•	4.659	10.517	15.176
Apropriação do REF	104.928	-	=	104.928
Revisão do REF 2023	(770)	-	-	(770)
Apropriação AVP	-	269	379	648
Correção monetária	5.944	333	877	7.154
Compensação - Outorga Fixa	(110.888)	(612)	(1.060)	(112.560)
Pagamento REF 2023	786		<u>-</u>	786
Reequilíbrio em 31/12/2024	<u> </u>	4.649	10.713	15.362

Outorga Fixa

Em 2018 o pagamento da parcela Outorga Fixa foi somente de 8% do valor total, devido a negociação em 2017, que antecipou 46% e postergou os outros 46% para os quatro últimos anos de Concessão, gerando benefício direto ao fluxo de caixa da Companhia. Em 2019 os pagamentos foram retomados de forma integral. Em 2020 o pagamento da parcela da outorga fixa foi de 50% do valor total, os demais 50% foram postergados para as seis últimas parcelas do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.034/20 e 4º termo aditivo do contrato de concessão.

Em 2021 o valor da parcela da outorga fixa foi de R\$ 318.161, sendo R\$ 21.202 por pagamento direto, R\$ 137.878 por compensação no REF-Covid-19 de 2021 e os demais R\$ 159.080 estão aguardando decisão judicial conforme nota 1.

A Outorga Fixa de 2022 teve parte do seu pagamento quitada por meio de utilização de créditos concedidos através de Reequilíbrios Econômico-financeiros reconhecidos pela ANAC, no valor de R\$ 81.549. Para o saldo remanescente, foi apresentado uma oferta de precatórios Federais ao Ministério da Infraestrutura na data de 21 de novembro de 2022. O MInfra emitiu o Ofício de nº 141/2022/DEFOM/SFPP confirmando que a Concessionária está adimplente com suas obrigações, conforme permissão promovida pelas Emendas Constitucionais 113 e 114 de 2021, que autorizaram o pagamento de outorgas, por meio de apresentação dos referidos créditos.

A Outorga Fixa de 2024, no valor de R\$ 369.904, teve parte do seu pagamento quitada por meio de utilização de créditos concedidos através de Reequilíbrios Econômico-financeiros reconhecidos pela ANAC, no valor de R\$ 112.560 e o saldo remanescente de R\$ 257.344 foi realizado via caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Adiantamentos de clientes

_	2024	2023
Circulante		
Direitos de exclusividade (a)	9.736	9.796
Demais adiantamentos	1.066	594
	10.802	10.390
Não circulante		
Direitos de exclusividade (a)	41.747	51.967
Demais adiantamentos	5.826	5.826
	47.573	57.793
Total	58.375	68.183

⁽a) Referente a adiantamentos de clientes cuja contrapartida está relacionada à transmissão do direito de exclusividade na exploração de determinados negócios, dentro do escopo das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não tarifárias. Os referidos valores são diferidos durante o prazo de vigência dos contratos.

18 Depósitos/Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e regulatórias, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, possuem bloqueios judicias reconhecidos no ativo não circulante, como depósitos judicias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

A Contingências trabalhistas: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre verbas trabalhistas.

As Contingências cíveis: consistem, principalmente, em ações judiciais movidas pelas Cias aéreas referente a tarifa de embarque. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas comerciais".

As Contingências regulatórias: consistem, principalmente, em ações judiciais movidas contra o Companhia pelo órgão regulador ANAC.

Na opinião da administração, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2024.

Depósitos judiciais

	2024	2023
Não Circulante		
Depósitos Judiciais - Cíveis	487	527
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.639	1.285
Total	2.126	1.812

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	2024	2023
Prováveis		
Circulante		
Regulatórias/Administrativas	175	-
Cíveis (a)	12	2.613
Trabalhistas (b)	5.699	7.949
_	5.886	10.562
Não Circulante		
Regulatórias/Administrativas	338	530
Cíveis	9.163	8.117
Trabalhistas	17.096	15.204
	26.597	23.851
Total	32.483	34.413
Possíveis		
Cíveis (c)	35.951	52.420
Trabalhistas	5.222	2.389
	41.173	54.809
Total	73.656	89.222

- (a) Reversão de provisão devido ao pagamento de processo referente a taxa de exclusividade.
- (b) Reversão de provisão devido ao pagamento do processo referente a verbas trabalhistas.
- (c) Reavaliação do risco sobre causa referente a cessão de espaço.

Movimentação das provisões de riscos prováveis:

2024	2023
34.413	26.991
6.055	12.059
(2.792)	(759)
(5.193)	(3.878)
32.483	34.413
	34.413 6.055 (2.792) (5.193)

(a) Reversão de provisão de processos regulatórios e trabalhistas por motivo de alteração de risco e ganho judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Outros passivos

_	2024	2023
Circulante		
Repasse FNAC (a)	6.700	6.700
Repasse ATAERO (b)	8.969	8.969
Repasse PAN/PAT (c)	261	248
Garantias diversas (d)	8.573	4.798
Investimento a Realizar (e)	4.938	4.938
Contribuição Mensal (f)	16.105	16.774
Receita diferida (g)	1.198	1.174
Provisão com poder concedente (h)	-	12.111
Outros	500	385
Total	47.244	56.097
Não circulante		
Receita diferida (g)	7.679	8.264
Total	7.679	8.264
<u> </u>	54.923	64.361

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. O valor repassado corresponderá sempre a US\$ 18.00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2021, esse repasse foi extinto pela Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020;
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A partir de 1° de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016;
- (c) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o PMD (Peso Máximo da Decolagem);
- (d) Garantias diversas estabelecidas nos contratos de cessão de espaço. Caso não ocorram quebras contratuais, tais valores serão devolvidos aos respectivos clientes;
- (e) Refere-se ao valor dos investimentos em benfeitorias a serem realizados no estacionamento, repassados à Companhia conforme previsto no contrato de exploração do estacionamento;
- (f) A contribuição mensal, sancionada pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu o repasse ATAERO a partir de 1º de janeiro de 2017. Esse percentual é recolhido ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) e corresponde a 35,90% (ATAERO), descontado os tributos. Desde 1º de janeiro de 2023, essa contribuição está extinta pela Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022. Os pagamentos das competências de outubro, novembro e dezembro de 2022, foram realizados por meio de oferta de precatórios federais ao Ministério da Infraestrutura (Nota 16-b).
- (g) Referente a revisão extraordinária do contrato de concessão, estabeleceu recomposição do equilíbrio econômico-financeiro sobre redução de tarifa de carga (REF Teca Teca) e serviços de mão de obra para os serviços de escâneres com a Receita Federal que não estavam previstos no contrato (REF Scanner), sendo reconhecida receita diferida sobre a compensação financeira a ser apropriada no prazo da concessão.
- (h) Em 2023, a Companhia realizou revisão do cálculo do valor de Reequilíbrio Econômico-financeiro do Covid-19 de 2023 e identificou uma provável perda no valor de R\$ 11.661. Em agosto de 2024, a ANAC realizou a revisão e houve reversão da provisão efetuada em dezembro de 2023, e houve o reconhecimento efetivo da perda no valor de R\$ 770, o qual foi recolhido em 18 de dezembro de 2024 (Nota 16-b).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é representado por 1.918.877.551 de ações nominativas, sendo 978.627.551 ações detidas pela Inframerica Participações S.A. e 940.250.000 ações detidas pela Infraero, representativo a 51% e 49%, respectivamente.

		2024 2023		2024 2023		
	Infraero	Participações	Total	Infraero	Participações	Total
Ações	940.250	978.628	1.918.878	940.250	978.628	1.918.878
Subscrito	940.250	978.628	1.918.878	940.250	978.628	1.918.878
Integralizado	940.250	978.628	1.918.878	940.250	978.628	1.918.878

21 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta – Tarifária	253.543	234.668
Receita bruta – Não Tarifária (a)	385.944	317.811
Receita com construção (b)	8.288	750
Contribuição mensal (c)	-	(40)
Outras Deduções	-	(1)
COFINS	(42.712)	(38.092)
PIS	(9.273)	(8.270)
ISS	(8.013)	(6.965)
Receita líquida	587.777	499.861

⁽a) As receitas não tarifárias incluem a cessão de espaços físicos para a exploração de diversas atividades. Em 2024, houve um crescimento nas receitas de Sala Vip devido principalmente ao aumento de usuários, reconhecimento de receita com Operadoras de Telecomunicações após acordo judicial sobre negociação de períodos anteriores e nova receita com inspeção de bagagens.

⁽b) Em 2024, a Companhia realizou obras de expansão da Sala Vip Doméstica, revitalização da fachada Torre de Controle, pavimentação da PPD 11R/29L e obras de adequações no Terminal de Cargas e embarque doméstico (Nota 2.17-c).

⁽c) A partir de 1º de janeiro de 2023, a contribuição mensal foi extinta, promulgada pela Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022. Porém, no início de 2023 ocorreram faturamentos referentes a voos realizados anteriores a extinção.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Pessoal	(70.366)	(66.382)
Serviços de terceiros (a)	(41.006)	(36.723)
Utilidades e telecomunicações	(9.199)	(8.574)
Manutenção	(28.507)	(27.667)
Amortização e depreciação	(59.696)	(56.774)
Amortização arrendamento	(221)	(198)
Amortização Outorga fixa (b)	(105.122)	(100.478)
Outorga variável (c)	(12.790)	(11.049)
Impostos e taxas	(1.793)	(1.611)
Tecnologia	(9.716)	(8.938)
Custos de construção (d)	(8.288)	(750)
Outros	(20.995)_	(25.027)
Total	(367.699)	(344.171)

- (a) Em 2024, houve um aumento na contratação de serviços prestados por terceiros principalmente com serviços auxiliares da Sala VIP e serviços continuados de atendimento e apoio ao controle migratório.
- (b) Valor da amortização da outorga fixa registrado na Companhia, o qual é calculado com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto.
- (c) O valor da outorga variável é calculado com base na receita bruta da Companhia, excluindo o efeito da contribuição mensal e aplicando um percentual de 2% até um limite de receita anual, estipulado pelo Contrato de Concessão.
- (d) Em 2024, a Companhia realizou obras de expansão da Sala Vip Doméstica, revitalização da fachada Torre de Controle, pavimentação da pista de pouso e decolagem-PPD 11R/29L e obras de adequação no Terminal de Cargas e embarque doméstico (Nota 2.17-c).

23 Despesas administrativas

	2024	2023
Pessoal (a)	(31.595)	(27.174)
Serviços de terceiros (b)	(4.880)	(2.975)
Amortização e depreciação	(142)	(197)
Seguros	(2.092)	(2.120)
Tecnologia da informação	(2.353)	(2.129)
Impostos e taxas	(1.091)	(1.075)
Provisões Judiciais (c)	442	(80)
Doações	(32)	-
Locomoção	(751)	(538)
Outros	(3.283)	(2.001)
Total	(45.777)	(38.289)

⁽a) Aumento salarial devido a reajuste de dissídio.

⁽b) Em 2024, houve a contratação de consultoria fiscal para estudo e avaliação da aplicabilidade das previsões da Lei nº 14.740/23 (Nota 27-b);

⁽c) Reversão de provisão de processos regulatórios e trabalhistas por motivo de alteração de risco e ganho judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesas de comercialização

	2024	2023
Pessoal	(6.716)	(8.443)
Serviços de terceiros	(307)	(352)
Tecnologia da informação	(135)	(123)
Impostos e taxas	(3)	(4)
Provisões Judiciais (a)	760	(2.303)
Locomoção	(307)	(395)
PCLD e Perdas efetivas contas a receber (b)	1.748	(566)
Outros	(664)	(738)
Total	(5.624)	(12.924)

⁽a) A variação de despesas com provisões judiciais em 2024 deve-se, principalmente, à reversão de provisão de um processo cível referente à taxa de exclusividade, onde o valor efetivo foi menor que o provisionado.

25 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

<u> </u>	2024	2023
A ' " . B 1/4 ' . E ^ . ' (' ' / .)	06.307	06.016
Apropriação Reequilíbrio Econômico-financeiro (a)	96.287	96.916
Provisão com poder concedente (b)	11.661	(11.661)
Reversão Reequilíbrio Econômico-financeiro (b)	(770)	-
Baixa Intangível/Imobilizado	(154)	(2.601)
Recuperação de despesas (c)	4.551	-
Outros	779_	837
Total	112.354	83.491

⁽a) Valor refere-se ao REF Teca-Teca, REF Scanner e REF Covid-19 (Nota 16). O resultado é apresentado líquido de impostos federais (PIS e COFINS) sobre a operação.

⁽b) Em 2024, ocorreu uma mudança de estimativa de perda, com base na política vigente e houve reversão dos clientes que possuem acordo firmado e vem cumprindo com todas as obrigações, em destaque a Cia Aérea Gol.

⁽b) Em agosto de 2024, houve reversão da provisão efetuada em dezembro de 2023 no valor de R\$ 11.661, referente à revisão do REF Covid-19 de 2023 e reconhecimento da perda efetivo no valor de R\$ 770.

⁽c) Os créditos apurados referentes à retificação das apurações dos últimos cinco anos, com base na ampliação do conceito de insumo para fins de crédito de PIS e Cofins, conforme entendimento da Receita Federal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Resultado financeiro

	2024	2023
Receita Financeira		
Juros sobre aplicações financeiras (a)	39.651	49.017
Descontos obtidos	477	590
Variação monetária cambial positiva	1.349	393
Correção monetária – Reequilíbrio econômico-financeiro	7.604	9.067
Juros ativos	1.097	2.065
Outros	7.202	369
	57.380	61.501
Despesa Financeira		
Juros, encargos e taxas bancárias	(100.246)	(105.312)
Correção monetária – Obrigação da concessão (b)	(338.177)	(314.658)
Ajuste a valor presente – Obrigação da concessão	(128.429)	(131.381)
Variação monetária cambial negativa	(1.133)	(1.104)
Fiança bancária (c)	(24.022)	(25.291)
Perdas com instrumento financeiro SWAP	-	(123)
	(592.007)	(577.869)
Total	(534.627)	(516.368)

⁽a) Redução do caixa aplicado devido ao fluxo operacional, em destaque o pagamento da outorga variável de 2023 realizado em maio de 2024 (Nota 16).

27 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias, base negativa e prejuízo fiscal auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado a seguir:

⁽b) A correção monetária sofre impacto direto do IPCA que, em 31 de dezembro de 2024 foi de 4,83%, acumulado (em 31 de dezembro de 2023 foi de 4,62%).

⁽c) Partes relacionadas com A.C.I. Airports (Nota 7).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos no exercício referem-se:

Imposto de Renda e Contribuição social	2024	2023
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(253.596)	(328.400)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	86.223	111.656
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(2.782)	(2.526)
Diferido Prejuízo Fiscal efeitos passados (a)	(193.838)	-
Diferido Prejuízo Fiscal do Exercício não constituídos	(75.177)	(93.375)
Total do imposto no resultado - efetiva	(185.574)	15.755

a) A administração revisou as premissas e projeções de desempenho operacional no longo prazo, levando em consideração o histórico de resultados e novas expectativas razoáveis de lucro tributável, a Concessionária realizou a baixa do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal no valor de R\$ 198.724.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Segundo o CPC 32, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais só podem ser reconhecidos e mantidos se houver uma expectativa razoável de lucro tributável futuro.

A administração revisou as premissas e projeções de desempenho operacional no longo prazo, levando em consideração o histórico de resultados e novas expectativas razoáveis de lucro tributável, a Concessionária realizou a baixa do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal no valor de R\$ 198.724, em 30 de setembro de 2024, considerando o limite das diferenças temporária tributáveis reconhecidas, conforme norma CPC 32 — Tributos sobre o Lucro. A Companhia permanece com o direito ao crédito. Se a Concessionária previr geração de lucros tributáveis capazes de absorver os prejuízos fiscais acumulados, o ativo fiscal diferido será reavaliado com base na probabilidade de sua recuperabilidade, podendo ser novamente reconhecido em Balanço.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do Imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo:

_	2024_	2023
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.414.227	1.373.151
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL Não Constituído	(1.355.676)	(1.086.662)
	58.551	286.489
Diferenças temporárias		
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.992	9.648
Perdas estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.382	2.453
Provisão para despesas diversas	8.872	12.582
Provisões para participação nos resultados	3.392	3.288
Ajustes a valor presente - Reequilíbrio econômico	260	273
Ativo de arrendamento	900	431
	23.798	28.675
Total Ativo	82.349	315.164
Passivo		
Margem de construção	(5.446)	(5.768)
Diferenças entre depreciação societária e fiscal	(4.369)	(4.719)
Outorga fiscal (a)	(62.335)	(67.289)
Ajustes a valor presente - Outorga Fiscal	(9.298)	(17.281)
Passivo de arrendamento	(901)	(433)
Total Passivo	(82.349)	(95.490)
Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos Constituídos	-	219.674

⁽a) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de Concessão, conforme inciso IV do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014.

Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos:

2024	2023
219.674	203.919
(193.838)	-
(34.100)	=
8.264	15.755
<u> </u>	219.674
	219.674 (193.838) (34.100) 8.264

⁽a) A administração revisou as premissas e projeções de desempenho operacional no longo prazo, levando em consideração o histórico de resultados e novas expectativas razoáveis de lucro tributável, a Concessionária realizou a baixa do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal.

⁽b) Recuperação de impostos pelos saldos negativos de IRPJ e CSLL, sobre as movimentações tributadas em 2023, utilizando parte do saldo do ativo diferido referente a prejuízos fiscais (Nota 27-a).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de risco para mitigar riscos, contratando a cobertura de seguros compatíveis com seu tamanho e operações no mercado. Os valores dos seguros são considerados suficientes pela administração para cobrir possíveis perdas, levando em consideração a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e o conselho de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Valor segurado	Vigência
RO - PATRIMONIAL	Perdas e danos nos Bens Patrimoniais	893.250	dez/2024 a dez/2025
RC HANGAR (a)	Reparação de danos a terceiros - Lado Ar	500.000	dez/2024 a dez/2025
SEGURO GARANTIA	Garantia de execução do contrato de concessão junto à ANAC	269.258	dez/2024 a dez/2025
D&O	Responsabilidade Civil aos Administradores e Diretores	103.385	dez/2024 a dez/2025
RC –GERAL	Reparação de danos a terceiros - Lado Terra	10.000	dez/2023 a dez/2024
SEGURO GARANTIA FINANCEIRA	Garantia Contrato de Energia	1.224	fev/2024 a jan/2025
SEGURO FROTA ONIBUS	Cobertura Frota Ônibus	400	Jun/2024 a jun/2025
SEGURO FROTA VEÍCULOS	Cobertura frota de veículos	400	Jun/2024 a jun/2025

(a) Seguro contratado em moeda estrangeira (Dólar estadunidenses).

Jorge Arruda Filho

Diretor Presidente

Bruno Souza Ferreira da Silva

Diretor Financeiro

Fláyio de Sousa Oliveira

Contador - CRC-DF: 023879/O-4 DF



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: BABB7662-255B-4DB9-9E98-65F0D7081366

Assunto: Relatório e DFs Inframerica BSB - 31.12.2024

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 51 Certificar páginas: 2

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Concluído

Remetente do envelope:

Alexandra Correia

Local: DocuSign

Local: DocuSign

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edificio Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

São Paulo, São Paulo 04538-132 alexandra.correia@pwc.com Endereço IP: 134.238.159.64

Rastreamento de registros

Eventos do signatário

Marcos Magnusson de Carvalho

marcos.carvalho@pwc.com

(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign

Status: Original

28 de fevereiro de 2025 | 21:10

Status: Original

Sócio PwC BR

28 de fevereiro de 2025 | 21:24

Portador: Alexandra Correia

alexandra.correia@pwc.com

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Assinaturas: 1

Rubrica: 0

Assinatura

There Tagerandelowall DECORREAGENTED

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

carregada

Usando endereço IP: 134.238.160.20

Registro de hora e data

Enviado: 28 de fevereiro de 2025 | 21:15 Visualizado: 28 de fevereiro de 2025 | 21:15 Assinado: 28 de fevereiro de 2025 | 21:23

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Status

Evento de entrega do agente

Eventos de entrega do editor

Status

Eventos de entrega intermediários

Status

Eventos de entrega certificados

Status

Status

Copiado

Registro de hora e data

Enviado: 28 de fevereiro de 2025 | 21:24 Visualizado: 28 de fevereiro de 2025 | 21:24 Assinado: 28 de fevereiro de 2025 | 21:24

Eventos de cópia

Alexandra Correia alexandra.correia@pwc.com

Gerente de auditoria - Testemunha PwC

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign

Eventos de cópia

Isadora Santos

isadora.santos@pwc.com

Nivel de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign Status

Copiado

Registro de hora e data

Enviado: 28 de fevereiro de 2025 | 21:15

Eventos com testemunhas

Eventos do tabelião

Eventos de resumo do envelope

er i de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la

Envelope enviado Entrega certificada

Assinatura concluida

Concluido

Eventos de pagamento

Assinatura

Assinatura

Status

Com hash/criptografado Segurança verificada Segurança verificada Segurança verificada

Status

Registro de hora e data

Registro de hora e data

Carimbo de data/hora

28 de fevereiro de 2025 | 21:15 28 de fevereiro de 2025 | 21:15 28 de fevereiro de 2025 | 21:23

28 de fevereiro de 2025 | 21:23

Carimbo de data/hora